

ARQUIVOS EM SAÚDE: PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE AS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS COMO PILARES DA GESTÃO DE DOCUMENTOS DOS ARQUIVOS EM SAÚDE DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Jacqueline Dias da Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Instituto Brasileiro de Informação em
Ciência e Tecnologia (IBICT)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),
jacqueline.silva@unirio.br

Angelica Alves da Cunha Marques
Universidade de Brasília (UnB), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
(IBICT)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), angelicacunha@unb.br

Resumo: *Esta comunicação deriva de parte do projeto de uma tese de doutorado em Ciência da Informação em desenvolvimento, sobre as práticas arquivísticas como pilares da gestão de documentos dos arquivos em saúde dos Hospitais Universitário Federais do Estado do Rio de Janeiro. Objetiva identificar as referidas práticas utilizando uma abordagem de pesquisa qualiquantitativa, exploratória e descritiva, por meio de uma revisão sistemática da literatura. Pelo levantamento bibliográfico, chegou-se a 61 documentos, os quais foram filtrados a partir dos seus títulos, resumos e palavras-chaves, conforme a temática desta comunicação. Ao final, foram analisadas 18 obras. Os resultados evidenciam um volume significativo de obras que abordam o prontuário do paciente, tanto em seu suporte analógico quanto eletrônico. Ainda há abordagens que apresentam diferentes perspectivas considerando aspectos culturais, sociais, sistêmicos, entre outros.*

Palavras-Chave: *Arquivos em Saúde; Práticas Arquivísticas; Hospitais Universitários; Gestão de Documentos; Informação e Saúde.*

Resumen: *Este artículo se deriva de un proyecto actualmente en desarrollo para una tesis doctoral en Ciencias de la Información, centrado en las prácticas archivísticas como pilares de la gestión documental en los archivos de salud de los Hospitales Universitarios Federales del Estado de Río de Janeiro. El objetivo es identificar estas prácticas mediante un enfoque de investigación cualitativo, cuantitativo, exploratorio y descriptivo, a través de una revisión sistemática de la literatura. El estudio bibliográfico arrojó 61 documentos, que se filtraron con base en sus títulos, resúmenes y palabras clave, de acuerdo con la temática de este artículo. Finalmente, se analizaron 18 trabajos. Los resultados revelan un volumen significativo de trabajos que abordan los registros de pacientes, tanto en sus formatos analógicos como electrónicos. También hay enfoques que presentan diferentes perspectivas, considerando aspectos culturales, sociales y sistémicos, entre otros.*

Palabras clave: *Archivos de Salud; Prácticas Archivísticas; Hospitales Universitarios; Gestión Documental; Información y Salud.*

INTRODUÇÃO

Esta comunicação deriva de parte do projeto de tese de doutorado em Ciência da Informação (CI), em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da

Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sobre as práticas arquivísticas como pilares da gestão de documentos dos arquivos em saúde dos Hospitais Universitários Federais (HUF) do Estado do Rio de Janeiro (RJ).

Em um contexto em que a informação tem migrado cada vez mais para o suporte eletrônico e digital, e a inteligência artificial (IA) tem atuado em diversas áreas, inclusive no setor hospitalar, nos preocupamos com a gestão dos arquivos analógicos, as transformações e atividades que, mesmo com a digitalização e a disponibilização dos seus conteúdos, podem não contar com profissionais capacitados para gerenciá-los e oferecer as informações de forma adequada aos seus usuários/interessados.

Portanto, se não tivermos práticas arquivísticas capazes de assumir e organizar o que é guardado e o que está disponível, qual será a função dos arquivos em saúde? Se isso não for discutido, como garantir que a localização, o acesso e a pesquisa – dentre outras atividades – ocorram de forma eficiente e eficaz?

A hipótese que subsidia o nosso projeto de tese é de que os HUFs, em especial os do Brasil, carecem de uma Gestão Arquivística de Documentos (GAD), com práticas bem delineadas, capazes de integrar, minimamente, a partir dos arquivos em saúde, as suas atividades administrativas, às de pesquisa e às da assistência multiprofissional à saúde, bem como do reconhecimento de que os documentos que produzem como parte da referida assistência são, em grande medida, o insumo básico do próprio serviço de saúde e da produção do conhecimento em diferentes áreas.

Esta pesquisa objetiva identificar as referidas práticas, utilizando uma abordagem de pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, por meio de uma revisão sistemática da literatura. Esperamos que ela possa instigar o reconhecimento de espaços que, por anos, foram negligenciados.

Isso vai ao encontro das palavras de Polyana Gentil Penna, editora-chefe da revista *Ciência da Informação e Inclusão Social* do IBICT, em sua mensagem na mesa de abertura do I Colóquio Internacional Circulação do Conhecimento Técnico-Científico no Sul Global, que ocorreu em Brasília-DF (presencialmente e *online*), entre os dias 29 e 30 de abril de 2025:

Eu concluo reforçando que os documentos de arquivo não são apenas registros, mas instrumentos de resistência, democracia e, acima de tudo, permitem a análise crítica das fontes primárias que é fundamental para a construção de um discurso também histórico, fundamentado. **Se a pandemia nos ensinou algo, foi que a informação confiável salva vidas.** Cabe a nós, como comunidade de Ciência da Informação, garantir que o conhecimento circule de forma justa, preservada e acessível, especialmente no Sul global, onde as desigualdades informacionais são mais profundas. Muito obrigada, e sigamos por uma Ciência aberta, uma memória mais justa e um futuro mais promissor. (1, transcrição e grifos nossos).

Por sua vez, a CI é influenciada pelo paradigma positivista, especialmente em suas origens e no seu desenvolvimento inicial. O positivismo enfatiza a importância da observação, do conhecimento científico e da busca por leis e regularidades, valores que são fundamentais para a CI, considerando a sua preocupação com a organização, o acesso, o uso da informação, dentre outras funções típicas da disciplina (2).

Dentre as correntes teóricas da CI, acreditamos que, para esta investigação, as teorias que melhor caracterizam a nossa pesquisa são a teoria sistêmica, bem como a teoria crítica

da informação¹ (contemporânea). Contudo, apesar de essas teorias serem paradoxais, são confluentes na CI, como será evidenciado ao longo da pesquisa, uma vez que fundamentamos nossa análise em pensadores da teoria crítica, como Pierre Bourdieu (3) e Michel Foucault (4, 5), o que nos permitirá não apenas interpretar os dados como parte de um sistema técnico-informacional, mas também avaliá-los em seu contexto social, considerando suas implicações para as instituições e para os sujeitos envolvidos.

No campo da saúde, Foucault oferece, em obras como *O nascimento da clínica* (5) e *Microfísica do poder* (4), importantes reflexões sobre a constituição histórica dos hospitais, as práticas médicas e os modos de cuidado aos pacientes, enfatizando os aspectos discursivos e políticos que moldaram o saber médico moderno. Em sua análise, emerge a figura de Hipócrates² como um marco da transição da medicina mítica para uma medicina baseada na observação empírica e no registro sistemático dos fenômenos patológicos. Ao propor que os relatos médicos deveriam refletir, com exatidão, o desenvolvimento das enfermidades e suas possíveis causas, Hipócrates contribuiu para a consolidação de uma prática clínica orientada pela racionalidade. Sua atuação resultou em importantes avanços, como a descrição minuciosa de sinais e sintomas, a valorização da ética médica e do compromisso profissional, bem como a defesa do registro cuidadoso das manifestações físicas das doenças.

Ao discutir a gênese da medicina hospitalar no Ocidente, Foucault (4) evidencia que a concepção contemporânea do hospital como espaço de cura não corresponde à sua configuração histórica original. Desde a Idade Média, os hospitais exerciam funções assistenciais e sociais, sendo instituições fundamentais para a organização urbana, mas não necessariamente voltadas às práticas médicas ou terapêuticas. A medicina, por sua vez, se estruturava como um saber e uma prática exercida majoritariamente fora do ambiente hospitalar.

Essa dissociação histórica entre hospital e medicina permite compreender a relevância da mudança ocorrida no século XVIII, quando se inicia a integração entre essas duas esferas, resultando na constituição de um hospital médico, terapêutico e clínico. Essa transformação, mais do que um simples aprimoramento da função hospitalar, marca a emergência de um novo regime de saber, no qual o hospital passa a operar como local privilegiado de observação, experimentação e registro sistemático dos corpos e das doenças.

Sob a perspectiva arquivística, essa transição é especialmente significativa, pois é nesse contexto que o hospital começa a produzir e acumular, de forma sistemática, documentos dos pacientes e registros clínicos, que passam a desempenhar um papel central na construção do conhecimento em saúde. O hospital terapêutico se transforma, assim, não apenas em espaço de cura, mas também em um *locus* de produção, organização e preservação da informação, via documentos de arquivo. A institucionalização da medicina hospitalar contribui diretamente para o surgimento de novas práticas documentais, como a

¹ A Teórica Sistêmica da informação, de base biológica, entende que cada parte deve ser analisada em função do papel que exerce na manutenção do todo, privilegiando estabilidade e integração. Em contraposição, a teoria crítica, de inspiração marxista, destaca a historicidade da informação, evidenciando conflitos, desigualdades e disputas de interesse em sua produção e circulação (2).

² REBOLLO, Regina André. **Considerações sobre o estabelecimento da medicina no tratado do hipocrático sobre a arte médica**. São Paulo, 2003. Acesso em: 05 jul 2025. Disponível em: <<http://www.scielo.br/lj/ss/a/mDPgHpFKZtqzKJSXLWsJC4M/?format=html&lang=pt>>

padronização dos prontuários, o uso sistemático de anotações clínicas e a necessidade de gestão dos acervos informacionais relativos aos pacientes.

Assim, pensar os arquivos em saúde à luz de Foucault é compreender que eles não são meros depósitos de documentos administrativos ou clínicos, mas peças centrais de um dispositivo histórico de poder-saber. A arquivística, nesse sentido, ganha relevância ao problematizar não só a preservação desses documentos, mas também a forma como eles estruturam práticas discursivas, legitimam verdades médicas e sustentam a memória institucional dos hospitais universitários. O arquivo em saúde não é neutro: ele materializa uma racionalidade histórica que, desde o século XVIII, articula medicina, poder e informação.

METODOLOGIA

Com o propósito de identificar as práticas arquivísticas da gestão de documentos dos arquivos em saúde dos hospitais universitários federais do Estado do Rio de Janeiro, a pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa, exploratória e descritiva, por meio de uma revisão sistemática da literatura.

Primeiramente, buscamos realizar um levantamento bibliográfico sobre a temática, o qual ocorreu em fevereiro de 2025. As estratégias de busca utilizadas nas bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) foram com os termos “modelo de gestão arquivística de documentos em saúde”, uma vez que as teses de Marques (6) e Miranda (7) nos traziam palavras-chave nesse sentido. Dessa busca, encontramos um total de oito resultados, entre os quais chamaram a nossa atenção as teses de Amaral (8) e Meirelles (9), que, assim como o trabalho de Cunha (10), servem como alicerces e fontes de inspiração para a elaboração deste trabalho. Para organizar o levantamento, criamos uma planilha com metadados específicos relacionados a cada termo apresentado.

Em seguida, usamos o termo “produção do conhecimento” AND “arquivo médico”³, quando obtivemos apenas um resultado: uma tese sobre o discurso na prática clínica e as terminologias da área, a qual demonstrou não se alinhar diretamente ao objeto da nossa pesquisa.

Ao utilizarmos o termo “arquivologia em saúde”, alcançamos vinte e três resultados, cujas temáticas, em grande parte, eram trabalhadas no âmbito de HUFs, Institutos Federais de Ensino Superior (IFES) e/ou envolviam estudos relacionados ao prontuário do paciente (PP).

Partimos também com as mesmas estratégias de busca, dessa vez, no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Na ocasião, utilizando o termo “modelo de gestão arquivística de documentos em saúde”, diferentemente da BDTD, chegamos ao resultado de três publicações. E, afortunadamente, duas delas eram as teses de Amaral (8) e Meirelles (9). Complementarmente, pesquisamos o termo “produção do conhecimento” AND “arquivo médico” e, novamente diferente da BDTD, alcançamos vinte e três resultados. Quanto ao termo “arquivologia em saúde”, o número não foi tão expressivo quanto o foi na BDTD, tendo sido encontradas apenas três obras na Capes.

³ Utilizamos o termo “arquivo médico” por termos um longo histórico na literatura, a partir da obra de Silva (11), demonstrando as nomenclaturas utilizadas pelos pesquisadores e que vem sendo substituídas, nos últimos anos, como arquivos em saúde que, inclusive, ela atribui em sua pesquisa e a qual segue nesta obra sendo utilizada.

A IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS NO SISTEMA DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO HOSPITALAR

Considerando o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (12, p.100), a gestão de documentos é definida como o “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação e recolhimento”. Essa definição retoma aquela apresentada na Lei de Arquivos (13) e demonstra que a gestão de documentos engloba um conjunto de atividades sobre os documentos, por sua vez, essenciais para o controle das atividades das instituições públicas e privadas.

O conjunto dessas operações reflete o que chamamos de práticas arquivísticas, objeto de estudo do projeto de tese. Dessa forma, a Arquivologia, ciência que estuda essas práticas e os fundamentos teóricos que as perpassam, envolve a compreensão da natureza dos documentos, dos seus contextos de produção e a aplicação de métodos que assegurem a sua integridade e autenticidade.

Nesse cenário, o arquivista, profissional responsável pela gestão de documentos de arquivo, tem, dentre as suas atividades, a elaboração de instrumentos que proporcionam, à instituição em que atua, bem como aos seus usuários internos e externos, facilidades de acesso à informação, via documentos. Dessa maneira, alguns exemplos de instrumentos de gestão da área são o plano de classificação de documentos e a Tabela de Temporalidade e de Destinação de Documentos (TTDD), utilizados para administrar e gerir da maneira mais adequada possível a documentação dos organismos.

Contribuindo como base epistêmica para a construção do nosso projeto, temos as teses de Marques (6) e Miranda (7). A primeira investiga as interlocuções entre a Arquivologia nacional e internacional, abordando tanto os aspectos práticos quanto científicos da área. Além disso, analisa a aproximação da Arquivologia com a CI e o papel das traduções, da participação em eventos e das publicações internacionais na comunicação entre essas duas esferas. O estudo evidencia como a Arquivologia brasileira se desenvolve e se insere no cenário global, identificando parcerias, conflitos e avaliando a produção arquivística nacional.

A tese de Miranda (7), que se apoia no trabalho de Marques (6), examina a gestão de documentos no Brasil, comparando-a com modelos internacionais de países como França, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Inglaterra e Alemanha. O estudo busca compreender como o Brasil adota um modelo híbrido de gestão, misturando influências de diferentes países, e propõe que não existe um modelo único e formalizado para a administração pública brasileira nesse campo. A abordagem da autora dialoga diretamente com o que buscamos construir, tendo em vista a carência de um modelo de gestão de documentos no âmbito hospitalar que, provavelmente, possamos identificar ao longo de nossa investigação, uma vez que a pesquisa de Miranda (7) explora como a gestão de documentos global é caracterizada por objetivos comuns – como o acesso à informação e a eficiência –, e como esses elementos se refletem nas práticas brasileiras, que ainda necessitam de aprimoramento para atender às demandas sociais e institucionais de documentos e informações. Assim, ao reconhecermos essa lacuna, entendemos que há pontos a serem identificados e abordados ao longo do desenvolvimento do nosso projeto.

RESULTADOS: PANORAMA DA BIBLIOGRAFIA LEVANTADA NAS BASES DE DADOS

Iniciando pela leitura de um dos textos selecionados para analisarmos durante a nossa pesquisa, temos o estudo de Geraldine (14), em que a pesquisadora investigou a avaliação de desempenho da gestão de documentos no Ministério da Saúde (MS). Segundo ela, o MS produz por ano cerca de 435 mil processos por meio do Sistema Eletrônico de Documentos (SEI), além da produção documental nos mais de 250 sistemas voltados às atividades finalísticas, considerando ainda 8.400 metros lineares de documentação analógica armazenada nos arquivos intermediários da instituição. Dessa maneira, argumenta que os procedimentos de gestão – que seriam, aqui, as práticas arquivísticas que estamos investigando no projeto de tese – garantem o acesso à informação. Contudo, um conjunto tão expressivo, como estamos vendo, torna desafiadora a recuperação da informação.

O trabalho de Pontes (15) estuda o acervo audiovisual da *VídeoSaúde distribuidora* da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e vai ao encontro do trabalho anterior:

Formular projetos e pensar em instrumentos que possibilitem a conservação, a manutenção da identidade e a integridade de documentos para a posteridade não é uma atividade simples, especialmente quando lidamos com um presente onde os recursos tecnológicos modificam-se velozmente, transformando, em um curto prazo de tempo, uma tecnologia de ponta em algo totalmente ultrapassado. (15, p.01)

Em seu trabalho, a autora demonstra que a Fiocruz agrega, além da parte bibliográfica e audiovisual que seu trabalho expõe, “coleções biológicas, coleções iconográficas, bem como patrimônio natural e sítios arqueológicos” (15, p.32).

A partir da nossa dissertação (11, p.38), defendemos que a documentação dos arquivos em saúde tem características específicas e é, por assim dizer, composta por arquivos especializados⁴, diferente dos arquivos especiais que Pontes (15) analisou. Contudo, ainda que haja (e sempre haverá) singularidades entre os tipos de arquivo, os desafios são parecidos, como acompanhamos nesses primeiros relatos, ou seja, conseguimos observar que as práticas arquivísticas podem ser distintas, mas os obstáculos da vida laboral – como o caso da veloz transformação da tecnologia – são uma realidade que assola a prática, a qual deve estar em constante mudança. Uma prova disso é considerar, nos textos atuais, a presença de diversos estudos da IA aplicada em vários ambientes e trabalhos – algo novo, que ainda está sendo muito discutido e explorado, mas que já faz parte da realidade das pessoas no Brasil e no mundo.

Por conseguinte, temos o texto de Ramos (16), no qual a pesquisadora analisa, à luz da teoria sistêmica, como os critérios da Gestão da Informação (GI) podem contribuir para potencializar o uso da informação no contexto da concessão de direitos do servidor no setor de Recursos Humanos (RH) da Prefeitura Municipal de Camaçari-BA.

[...] ao identificar a necessidade da sociedade contemporânea em relação à informação e aos processos infocomunicacionais, nota-se também que esta sociedade da informação pode não apresentar configurações homogêneas, o que faz alguns grupos sociais não desfrutarem do mesmo acesso/uso de informações (16, p.21).

⁴ Portanto, um arquivo em saúde tem a característica de ser um tipo de arquivo especializado. Todavia, valendo-nos de definições mais recentes, podemos citar que os arquivos em saúde, no escopo de atividades assistenciais, equivalem a todos os registros elaborados, recebidos e acumulados por um Organismo Produtor de Serviços de Atenção à Saúde (Opsas), que, por sua vez, compõem provas da atuação dos serviços de atenção à saúde referentes às atividades contínuas e orgânicas desses (Cunha *et al.*, 2021, citado por Silva [11]).

O que nos remete ao pensamento da teoria crítica defendida por Bourdieu, quando ele diz que “[...] é preciso reconstruir o capital de esquemas informacionais que lhes permite produzir pensamentos e práticas sensatos e regulados, sem intenção de direção e obediência consciente a regras explicitamente formuladas como tais” (3, p. 40). Para o estudioso, é necessário entender os mecanismos sociais (os “esquemas”) que fazem com que as pessoas ajam de forma organizada e lógica, mesmo sem serem guiadas por regras explícitas ou ordens diretas. Essa coerência nas ações vem do *habitus*, um tipo de “saber incorporado” socialmente construído, que, inclusive, já foi objeto de estudo na Arquivologia, como nas teses de doutorado de Marques (6) e de Melo (17).

Isso significa compreender e reconstituir os modos como esses esquemas (formas de pensar, perceber e agir) são formados socialmente, pois é a partir deles que os indivíduos agem de forma estruturada, mesmo sem ter plena consciência de que estão seguindo normas ou regras sociais. Nessa perspectiva, temos o estudo de Ramos, em que ficam evidentes algumas questões enfrentadas pelos servidores (usuários internos).

[...] necessidade de estudos sobre os fluxos de informação e documentos que se mostraram despadronizados gerando impacto negativo na execução das funções setoriais; as características da cultura organizacional que se configuram como entrave para cumprimento de legislações; o desenvolvimento e utilização das tecnologias digitais como ferramentas essenciais para gerenciamento de informações e documentos públicos; a inter-relação entre gestão da informação e gestão de documentos como estratégias institucionais, o desenvolvimento de políticas institucionais de informação que garantam a alocação de recursos em todas as esferas organizacionais, entre outros. (16, p.162)

Esses apontamentos, se comparados com a nossa dissertação (11), evidenciam que tais problemas não são isolados, mas recorrentes em diferentes ambientes laborais. Isso mostra que os processos de gestão, mesmo sustentados por bases teóricas, enfrentam entraves que exigem padronização de fluxos e práticas. Tais dificuldades, relacionadas à cultura organizacional, comprometem o cumprimento da legislação e revelam o descompasso entre a teoria e a prática, impactando diretamente as práticas arquivísticas.

Souza (18) faz uma investigação pontual quanto ao discurso na prática clínica e às terminologias de padronização, para verificar conexões entre termos de linguagem natural e padronizada, a partir da leitura de amostras de prontuários eletrônicos de pacientes. Para a autora:

A informação em saúde é um campo fundamental para auxiliar o tratamento dos pacientes, devido à necessidade constante de pesquisa por informação satisfatória, em momento hábil. A CI, por sua contribuição nas áreas de recuperação, representação e organização da informação, possui um papel importante na saúde. (18, p. 28)

No percurso de sua investigação, Souza (18) se depara com a dificuldade em compreender a forma com que as equipes multiprofissionais em saúde fazem a evolução do paciente no Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP) — o que ela chama de *Terminologia de Interface* —, uma vez que compreende que esse vocabulário depende muito do contexto médico e do conhecimento da área, indicando, como boas alternativas para solucionar esses problemas, o uso de ferramentas como sugestões automáticas de texto ou correção inteligente, que possam reduzir muitos erros de digitação e ortografia.

Conforme observado, o trabalho da autora percorre uma das áreas bastante difundidas na CI, tratando-se dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) que, não é objeto deste estudo, mas faz parte do nosso campo de pesquisa. Mesmo assim, conseguimos identificar, em sua fala, situações que conversam com que estamos pesquisando, justamente quando a autora sinaliza que a gestão dos hospitais ainda precisa criar diretrizes

mais claras para padronizar como os documentos do PEP são elaborados, principalmente aqueles sobre anamnese (o histórico do paciente) e evolução (o acompanhamento do caso). Sem esse tipo de regra, é comum que existam documentos repetidos ou desorganizados.

Portanto, um dos pontos bastante preocupantes de sua pesquisa também foi sinalizado como sendo os problemas de interoperabilidade entre os sistemas. Para a autora, na medicina, a falta dessa interoperabilidade é um problema bastante comum, e que para a resolução desta problemática existem diferentes maneiras de enxergar a questão, como o ponto de vista dos usuários e o dos sistemas. Dessa forma, Souza (18) afirma que há vários tipos de interoperabilidade, como a técnica, semântica, organizacional, política, humana, entre outros, e que, em seu trabalho, o foco está na interoperabilidade semântica, que trata da troca de informações entre diferentes terminologias clínicas, de forma que elas sejam compreendidas adequadamente.

Outro trabalho que também se debruça no estudo de PEP com foco na contribuição da Arquivologia, da *blockchain* e dos *smart contracts* é o de autoria de Xavier (19). Em sua dissertação, ela traz algumas argumentações que vão ao encontro do nosso entendimento quando afirma:

O tratamento arquivístico dos documentos objetiva auxiliar a racionalização da produção, uso e manutenção dos documentos e assegurar o atendimento aos princípios e técnicas arquivísticos, necessários para proporcionar segurança à tomada de decisão, como também economia de tempo e de recursos financeiros com a sua conservação. (19, p.20)

A autora entende que o PEP é um documento de arquivo e que, necessariamente, deve contemplar a gestão de documentos para receber o tratamento adequado. Assim como Souza (18), Xavier (19, p.25) afirma que “O tratamento dos PEPs requer acurácia e precisão, uma vez que os dados neles contidos são de uso de equipes multidisciplinares que necessitam de informações fidedignas”. Dessa forma, ao longo de sua investigação, a autora alcança conclusões que temos defendido ao longo de nossas contribuições acadêmicas até aqui quando reconhece a figura do profissional arquivista:

Tão importante quanto a gestão arquivística e tecnológica do PEP é o profissional arquivista que, com o conhecimento especializado, pode otimizar o tempo daquele que necessita da informação para a tomada de decisão. Compete a esse profissional tomar as providências para a manutenção e preservação digital dos documentos de valor de prova e informação, a racionalização do uso de espaços físicos, recursos financeiros e tecnológicos com a eliminação de documentos destituídos de valor, e o emprego das técnicas e tecnologias necessárias à garantia da autenticidade, fidedignidade, acessibilidade e disponibilidade da informação. (19, p.155)

Em convergência com o cenário exposto, reconhecemos que o trabalho dos arquivistas é fundamental em estudos, pesquisas e na produção de análises e relatórios nos serviços de arquivo e estatística em saúde. Eles são responsáveis por atividades fundamentais no escopo da gestão de documentos, como a criação, organização, recuperação e disponibilização de documentos e informações estratégicas, que sustentam a tomada de decisões em sistemas de informação voltados a profissionais, instituições e usuários.

Dessa forma, os desafios enfrentados por arquivistas, ao lidar com arquivos especializados — tanto na área da saúde quanto em outros contextos estudados academicamente —, envolvem não apenas questões técnicas e político-institucionais, mas também a carência de estudos aprofundados sobre o tema. Dessa maneira, esta pesquisa busca colaborar com o avanço do conhecimento e das práticas da Arquivologia, da CI, da Saúde Coletiva, da Computação e das atividades profissionais relacionadas, além de

contribuir para o fortalecimento de políticas públicas e sanitárias em um cenário repleto de complexidades.

Paralelamente, na investigação de Ciocca (20), observamos que sua preocupação se voltou para a preservação e integridade do conjunto documental no manuseio contínuo dos PP sob uma perspectiva arquivística. Considerando a época em que ainda não se trabalhava com prontuários eletrônicos, essa perspectiva ainda sim é atemporal, uma vez que todos os HU possuem, em seus acervos, documentação física. Para a autora, ao adotar práticas adequadas de gestão de documentos, torna-se possível mitigar a deterioração física dos prontuários e prevenir a necessidade de intervenções corretivas futuras, como ações de restauração. Assim, ao fomentar a responsabilidade quanto à manutenção da qualidade e fidedignidade das informações registradas, busca-se contribuir para a conservação dos dados.

A pesquisa de Cé (21), por sua vez, tem como objetivo identificar e propor uma sistemática de arranjo e descrição visando à difusão dos instrumentos de pesquisa: guia e inventário, por meio da utilização da plataforma digital do *International Council on Archives* (ICA), *Access to Memory* (AtoM). Ainda que seu objetivo permeie esse campo, consideramos muito pertinente e próximo ao que também pensamos o seu entendimento de que a documentação do acervo ao qual se debruçou comprova relações políticas, sociais e culturais da instituição em que realizou a pesquisa.

O documento arquivístico permanente é o testemunho dos atos, atividades e funções administrativas. Esses registros são preservados e armazenados, sendo transmitidos para outras gerações, compondo, dessa forma, o patrimônio cultural de uma sociedade. (21, p.35)

Dessa maneira, a autora demonstra o valor do acervo, trazendo a perspectiva do patrimônio documental arquivístico que instituições acadêmicas de ensino em saúde têm sob sua guarda.

Por conseguinte, da leitura da pesquisa de Nascimento (22), percebemos que o seu trabalho estava muito próximo do que nos propomos a pesquisar, de maneira que seja possível traçar algum panorama em relação a sua pesquisa que já tem mais de dez anos de publicação, o referido autor se propôs a delinear um panorama sobre as condições reais dos arquivos das instituições públicas de saúde e como ocorre o acesso às informações constantes no PP.

Neste tocante, ele traz conceitos sobre PP à luz da Resolução nº 22, de 30 de junho de 2005 do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e as resoluções 1821/2007 e 1638/2002 do Conselho Federal de Medicina (CFM)⁵. Também se remete à Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 (23), que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Essa lei estabeleceu a criação de Conselhos e Conferências de Saúde como espaços para a participação social na gestão do SUS. A lei 8.142/90 (23), em conjunto com a Lei nº 8.080/90 (24) (Lei Orgânica da Saúde), é fundamental para a organização e o funcionamento do SUS. Enquanto a Lei 8.080 estabelece as bases para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a Lei 8.142/90 (23) focaliza a participação popular e o controle social.

O capítulo cinco da dissertação de Nascimento (22) traz o panorama arquivístico das instituições de saúde do Estado do Rio de Janeiro, apresentando, como campo empírico, o

⁵ Trabalhadas na dissertação de Silva, 2023, p.38.

SUS e o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Todavia, ao consultarmos o CNES, a ferramenta de busca somente permitia fazer checagem por grupos e não com a riqueza de informações que o pesquisador nos trouxe como em seu texto:

De acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde -CNES, o SUS contava até o período da consulta com um total de 269.482 estabelecimentos de saúde cadastrados no sistema para a efetiva prestação do serviço de saúde pública. Este número engloba instituições dos entes federativos e as instituições privadas que recebem recursos do SUS para prestação da saúde à população.

Neste universo o Estado do Rio de Janeiro conta com 17.393 instituições cadastradas no CNES. Das quais 69 instituições são da Administração Federal, 158 da Administração Estadual e 3.368 municipais. As demais, 13.798 instituições pertencem ao setor privado. Ou seja, o Estado do Rio de Janeiro conta hoje com 3.595 instituições públicas de saúde em seu território. (22, p. 96 – 97)

Seguindo a análise das obras mapeadas, observamos um volume extenso de obras que perpassam estudos focados no PP e no PEP, nas quais pudemos apresentar minuciosamente parte do que absorvemos em nossas leituras. Contudo, ainda há outros autores cujas pesquisas coincidem nesse nicho, embora, claramente, cada um apresente diferentes perspectivas, objetos e contextos de análise, considerando aspectos culturais, sociais, sistêmicos, entre outros. Os autores deste compilado que levantamos são: Cruz (25) e Oliveira (26), que estudam a implantação do PEP, o primeiro sob a perspectiva das políticas e requisitos em um HUF e o segundo, sob a ótica das vantagens e dos desafios em uma Unidade Básica de Saúde (UBS); Silva (27), que investiga o PP à luz da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); e Araújo (28), que trata o PP como fonte de informação primária no âmbito da ética em pesquisas com seres humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente comunicação reafirma a importância de reconhecer e valorizar os arquivos em saúde como espaços estratégicos na produção, preservação e circulação da informação em saúde. Em um cenário em que os avanços tecnológicos e a digitalização ganham centralidade nas práticas institucionais, torna-se importante refletir sobre os impactos desses movimentos nos arquivos analógicos e nas práticas arquivísticas que os sustentam. A pesquisa em desenvolvimento busca identificar tais práticas nos HUF do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de evidenciar a centralidade da GAD para a garantia do acesso à informação qualificada, da memória institucional e do suporte à tomada de decisões nos processos assistenciais, administrativos e científicos.

A partir da análise bibliográfica empreendida, nota-se que, embora haja esforços significativos no desenvolvimento de instrumentos normativos, tecnologias de gestão e discussões teóricas, ainda persistem lacunas quanto à implementação sistemática de práticas arquivísticas eficazes, bem como à valorização do profissional arquivista nos ambientes hospitalares. Esse contexto é agravado por uma cultura organizacional que, muitas vezes, negligencia a complexidade e o valor estratégico dos documentos produzidos e acumulados no âmbito da saúde pública.

A integração entre teoria sistêmica e teoria crítica da informação permitiu ampliar o olhar investigativo sobre os documentos como parte de um ecossistema informacional, considerando tanto os fluxos e processos institucionais quanto os aspectos sociais e simbólicos implicados em sua produção e uso. Nesse sentido, reforçamos que os prontuários, analógicos ou digitais, não são meros repositórios de dados clínicos, mas

provas de ações no escopo da assistência e do tratamento dedicados aos pacientes, constituindo-se em testemunhos históricos e sociais que demandam práticas específicas de organização, preservação e acesso.

Reiteramos, assim, que a ausência de diretrizes arquivísticas bem estabelecidas coloca em risco não apenas a eficiência da gestão da informação, mas também a preservação da memória institucional e o exercício de direitos dos usuários do sistema de saúde. Os arquivos em saúde, especialmente os dos HUF, são repositórios de valor científico, ético e histórico, e, como tal, devem ser tratados como patrimônio documental da saúde pública brasileira.

Por fim, esta pesquisa se propôs a contribuir para o fortalecimento da Arquivologia e da Ciência da Informação no campo da saúde, não apenas a partir da sistematização das práticas existentes, mas também de reflexões sobre a sua efetividade, incentivando a criação de propostas de melhorias que envolvam aspectos técnicos, normativos, políticos e humanos. Como pesquisadoras, temos de conscientizar instituições e profissionais de que os arquivos em saúde são mais do que espaços de guarda de documentos, promovem a preservação de vidas, histórias e saberes, responsabilidade que exige compromisso, capacitação e políticas públicas alinhadas à realidade dos serviços de saúde.

REFERÊNCIAS

- 1 Penna PG. I Colóquio Internacional: Circulação do Conhecimento Técnico-Científico no Sul Global [vídeo na Internet]. Brasília; 29 abr 2025 [citado 29 abr 2025]. Vídeo: 1 sem som. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z-a2Uwyc0tM>
- 2 Araújo CAÁ. Correntes teóricas da Ciência da Informação. Rev Ciênc Inform. 2009;38(3):192-204 [citado 10 mar 2025]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/qhsrgPL7T6RbKKVbMwrPMNb/?format=pdf&lang=pt>
- 3 Bourdieu P. Habitus, code et codification. Actes Rech Sci Soc. 1986 Sept;(64):40-4.
- 4 Foucault M. Microfísica do poder. Machado R, organizador e tradutor. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal; 1998.
- 5 Foucault M. O nascimento da clínica. Machado R, tradutor. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2008. Tradução de: Naissance de la clinique. ISBN 978-85-218-0361-4.
- 6 Marques AAC. Interloquções entre a Arquivologia nacional e internacional no delineamento da disciplina no Brasil [tese]. Brasília: Universidade de Brasília; 2011.
- 7 Miranda AG. A gestão de documentos no Brasil: realidades, reflexões e interloquções à luz de modelos internacionais [tese]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2023.
- 8 Amaral LAFO. Os registros eletrônicos em saúde: um olhar sobre a tipologia documental em sistemas de informação digitais no âmbito da cadeia de custódia nos hospitais federais do Rio de Janeiro [tese]. Niterói: Universidade Federal Fluminense; 2023.
- 9 Meirelles RF. Os repositórios arquivísticos na difusão de conhecimentos em saúde: subsídios para a cadeia de custódia dos organismos produtores do Sistema Único de Saúde [tese]. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 2023.

10 Cunha FJAP. Da adesão à participação em uma rede de hospitais como promoção de aprendizagem organizacional e da inovação gerencial: um olhar sobre a Rede InovarH-BA [tese]. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 2012.

11 Silva JD. Arquivos em saúde: hospitais universitários das capitais dos países da América do Sul e hospitais universitários federais da região centro-oeste do Brasil [dissertação]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2023.

12 📖 Arquivo Nacional. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística (DBTA). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; 2005. (Publicações Técnicas n. 51).

13 Brasil 1991

14 Geraldes CD. Avaliação de desempenho da gestão de documentos do Ministério da Saúde [dissertação na Internet]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2023 [citado 25 maio 2026]. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/247577/PGCG0041-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

15 Pontes EB. Videosaúde distribuidora da Fiocruz: uma análise diagnóstica do acervo [dissertação]. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; 2021.

16 Ramos APS. Análise sistêmica da informação em setor de recursos humanos a partir da gestão da informação: o caso da prefeitura municipal de Camaçari – Bahia [dissertação]. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 2023.

17 Melo ÍF. As funções arquivísticas à luz do princípio da proveniência: um habitus em construção [tese]. Brasília: Universidade de Brasília; 2021.

18 Souza AD. O discurso na prática clínica e as terminologias de padronização: investigando a conexão [tese]. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais; 2021.

19 Xavier ACC. Prontuário Eletrônico do Paciente: a contribuição da arquivística, da blockchain e dos smart contracts para a sua gestão [dissertação]. Brasília: Universidade de Brasília; 2022.

20 Ciocca IG. O prontuário do paciente na perspectiva arquivística [dissertação]. Marília: Universidade Estadual Paulista; 2014.

21 Cé G. Uma política de identificação de fundos, descrição e difusão em Instituições de Ensino Superior (IFES) [dissertação]. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria; 2016.

22 Nascimento FJT. O acesso nos arquivos de instituições de saúde: entre o direito à informação e o direito à privacidade [dissertação]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; 2014.

23 Brasil. Presidência da República. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências [Internet]. Diário Oficial da União. 31 dez 1990 [citado 19 jun 2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm

24 Brasil. Presidência da República. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências [Internet]. Diário

Oficial da União. 20 set 1990 [citado 19 jun 2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

25 Cruz JAS. Prontuário eletrônico de pacientes (PEP): políticas e requisitos necessários implantação no HUSM [dissertação]. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria; 2011.

26 Oliveira DE. Prontuário Eletrônico do Paciente: vantagens e desafios na implementação [dissertação]. Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná; 2021.

27 Silva NPCM. Prontuário do paciente: dinâmicas e discussões à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais [dissertação]. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense; 2024.

28 Araujo NC. Ética em pesquisa com seres humanos: prontuário do paciente como fonte de informação primária [tese]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2017.